

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**GESTÃO PÚBLICA DO LAZER: O CASO DO PARQUE MUNICIPAL DE LAZER E TURISMO DE SALVADOR DAS MISSÕES/RS.**

PUBLIC ADMINISTRATION OF LEISURE: THE CASE OF THE PARQUE MUNICIPAL DE LAZER E TURISMO DE SALVADOR DAS MISSÕES/RS.

Natali Braga Spohr Schmitt\*

Prof. Dr. Paulo Sergio Ceretta\*\*

**RESUMO**

A intenção deste artigo é abordar a importância da Gestão Pública para a promoção e organização do lazer em seu território. Desenvolve acerca das relações entre a sociedade e o lazer, as concepções e posturas contemporâneas sobre a promoção da saúde e relata o caso do Parque Municipal de Lazer e Turismo de Salvador das Missões, oriundo da implantação de uma usina hidrelétrica no município, que está localizado na microrregião das Missões do Rio Grande do Sul. Trata-se do Parque o acontecimento propulsor das reflexões contidas neste estudo, cuja natureza é exploratória e descritiva, e se utiliza de material bibliográfico, documentos, pesquisa de campo, estudo de caso, pesquisa ação e pesquisa participante, constituindo-se assim num trabalho qualitativo. Verifica-se a necessidade de intervenção do ente público na gestão do lazer em seu espaço, que, sobretudo justifica-se por a responsabilidade com o bem-estar de seu corpo social ser intransferível. Os resultados demonstram que é possível desenvolver um projeto de lazer que contemple os interesses da comunidade local e inclusive a envolva na sua elaboração, assim como, se torna possível atribuir ao planejamento turístico a condição de amenizador de impactos oriundos da implantação de UHE.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão Pública. Lazer. Bem-Estar. Parque Municipal de Lazer e Turismo.

## **ABSTRACT**

The purpose of this article is to discuss the importance of Public Administration for the promotion and organization of leisure in their territory. It deals with the relationship between the society and leisure, contemporary conceptions and attitudes about health promotion and also reports the case of the Parque Municipal de Lazer e Turismo de Salvador das Missões, created due to the implementation of a hydroelectric plant in the city, which is located in the micro region of Missões, in the State of Rio Grande do Sul. The creation of this park is the event that raises the reflections in this study, whose nature is exploratory and descriptive, and uses bibliographic material, documents, field research, case study, action research and participative research, thus constituting a qualitative work. There is a need for intervention by public authority in the management of leisure in their space, especially justified because the responsibility for the social body's welfare is not transferable. The results show that is possible to develop a project of leisure that can served the interests of the local community and including involved them in your elaboration, as well as is possible to attribute to the tourism planning the condition of softening of the impacts arrived with hydroelectric implantation.

**KEYWORDS:** Public Administration. Leisure. Welfare. Parque Municipal de Lazer e Turismo.

### 1. Introdução

Este artigo procura elucidar a questão da responsabilidade do poder público com o bem-estar de sua população através da gestão do lazer em seu território, mais especificamente, traz o caso do desenvolvimento de um parque público no município de Salvador das Missões, localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul.

A área que constitui o espaço do parque situa-se no reservatório da Usina Hidrelétrica Passo São José, recentemente implantada no município, e surgiu da negociação da Prefeitura de Salvador das Missões com a companhia que realizou o empreendimento. A partir de então, a vontade do ente público (MEIRELLES, 1989) foi de planejar um local público de atividade recreativa organizada, pois apesar de haver balneários no município, o parque será desenvolvido e administrado em benefício da comunidade, com características de gestão cujas intenções são de promover qualidade de vida à população residente.

O objetivo principal deste trabalho é relatar o desenvolvimento do projeto do Parque Municipal de Lazer e Turismo de Salvador das Missões, na sua busca pelo planejamento de um espaço público de lazer organizado, cuja intenção seja a promoção da qualidade de vida. Especificamente, analisar-se-á a real possibilidade da atração de visitantes das localidades

vizinhas, que além de interagirem com os que são do lugar, por consequência da atividade turística, poderão consumir os produtos comercializados no município, conforme apontam Lage e Milone (1991). E num terceiro plano, mas não menos importante, verificar se o Parque pode ser um amenizador dos impactos negativos causados pela UHE- São José, sobretudo por conta da ocorrência da desapropriação de um povoado para a implantação da Usina.

Este estudo justifica-se na possibilidade de ser estímulo para outras instituições públicas atuarem na gestão do lazer em suas unidades administrativas, a partir da compreensão de que tal pauta integra sua responsabilidade. A gestão do Parque também oportuniza a manifestação de novos comportamentos nos sujeitos, os quais podem inclusive, vir a desenvolver hábitos mais saudáveis e tal situação pode ocorrer tanto na população residente no município de Salvador das Missões quanto nas comunidades próximas que visitarão o local.

Além da introdução, o trabalho está estruturado em mais cinco seções. Onde inicialmente, procura-se elucidar questões entre a sociedade e o lazer, como também desenvolver entrelaçamentos da gestão pública e a responsabilidade desta com o bem-estar de sua população. Posteriormente, são trazidas informações específicas do Parque e em seguida discorre-se acerca dos procedimentos metodológicos e da análise dos resultados. Por fim, a conclusão configura o desfecho do presente artigo.

## 2. Lazer e Sociedade

A família e a escola são as instituições que tipicamente se responsabilizam pela preparação do indivíduo para o trabalho e em oposição a isso, para o lazer não há instrução, trata-se da possibilidade de livre manifestação. Daí o fato de alguns estudiosos, dentre eles De Masi (2000) apontarem como necessário os sujeitos aprenderem a desfrutar do tempo desobrigado. De acordo com o sociólogo, o lazer faz parte de um quinto estilo de vida, iniciado apenas há poucos anos.

Para De Masi (2000), a primeira maneira de viver correspondia ao *scavenging*<sup>1</sup>, o que diz respeito à coleta daquilo que a natureza dispõe e por milhões de anos foi assim que ancestrais conseguiram sobreviver. O segundo modo de vida durou em torno de um milhão de anos e tratava-se da caça de animais e da colheita de plantas e frutos de maneira mais seletiva.

---

<sup>1</sup> Escavação.

No terceiro estilo de vida, aconteceu o cultivo da terra, as atividades pastoris e a utilização do ferro, tal período durou cerca de dez mil anos. O quarto modo de vida ocorreu por duzentos anos, na sociedade industrial da metade do século XVIII até meados do século XX, foi quando as fábricas passaram a organizar-se cientificamente, através de equipamentos automatizados e recursos energéticos como o vapor, o petróleo e a eletricidade. Ao lado do lazer, também compõem o quinto estilo de vida, o saber, a informação e a estética.

Em tal domínio, Dumazedier, definiu o lazer por:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para **desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora**, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 2001, p.34) (grifo nosso).

Simultaneamente a isso, De Masi (2003) elenca “fins elevados” para livrar o ser humano do cansaço, os quais dizem respeito à “criatividade, à introspecção, as atividades lúdicas, a amizade, o amor, o convívio e a beleza” (DE MASI, 2003, p. 53). No entanto, em muitas ocasiões, nas práticas desenvolvidas durante seu tempo livre, os sujeitos colaboram para a construção de um lazer controverso, cujas ocupações distanciam-se do descanso, da boa disposição e do conforto, ou seja, da promoção da qualidade de vida manifestadas no conceito de Dumazedier ou de De Masi, ao contrário, contribuem para a corroboração de problemas sociais cada vez mais em ascensão na contemporaneidade, tais como a violência e o uso de substâncias psicoativas.

Para Marcellino (2002), o lazer é entendido como a cultura e relaciona-se com as demais manifestações dos indivíduos, o que implica na impossibilidade de desconsiderar as alienações presentes em quaisquer das estruturas pelas quais os sujeitos transitam. Assim, o lazer tanto pode reproduzir o sistema atual, quanto denunciá-lo ou até mesmo tentar comportamentos distintos, numa busca por algo *sui generis*.

O modo de vida e saúde dos indivíduos é considerado resultado tanto das suas escolhas e hábitos cotidianos individuais como também oriundas e, portanto influenciadas por um plano social, onde estão inseridas. Segundo Bosi (1991), deve-se olhar o significado do lazer para a consciência dos sujeitos, pois não é um acontecimento separado do cotidiano e precisa ser analisado dentro dele.

Desta maneira, pode-se inclusive falar em “construção social do adoecimento” (CASTELLANOS E NUNES, 2005, p. 365) o que sugere não apenas considerar fatores biológicos para a manifestação de doenças como a dependência em álcool e outras drogas. Enfim, os mecanismos de socialização imprimem sobre o indivíduo a noção que estes detêm sobre o pertencimento coletivo, assim, a responsabilidade das instituições públicas para com sua comunidade é fundamental e inalienável.

## 2.1 Gestão Pública do bem-estar

A partir da década de 1970, nos países do Reino Unido e nos Estados Unidos passou a haver um esforço em trazer para a administração pública os entendimentos gerenciais do setor privado, mas também foi o período em que a sociedade passou a reivindicar seu espaço naquilo que correspondia às decisões do Estado, de maneira que então se inaugura a “dimensão sociopolítica de gestão” (PAULA, 2005, p. 22). Tal paradigma atingiu a culminância nos anos 1980, quando passou a se falar em uma nova administração pública.

Paula (2005) proporciona a análise de dois modelos de gestão pública, o de vertente gerencial e o de vertente societal, cujas características vêm permeando a prática administrativa do Estado brasileiro há duas décadas. O primeiro deles, de estilo gerencial, baseia-se no modelo de organização do segmento empresarial privado, sobretudo no econômico-financeiro. Enquanto que a vertente societal prioriza as relações sociais e os processos de tomada de decisões em âmbito público.

Mesmo havendo contradições entre as duas vertentes, a intenção de Paula (2005) é demonstrar que as possibilidades de se desenvolverem ideias que contemplem o interesse da sociedade sempre existem, principalmente quando há sua efetiva participação.

Nesse contexto, as instituições são grandemente responsáveis pelo bem ou mal-estar coletivo que forma o todo social. Com base na Constituição Federal<sup>2</sup>,

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação.

---

<sup>2</sup> Artigo 196 da Constituição Federal, 1988.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a definição de saúde, divulgada em 1948 diz que “Saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade” (apud SCLIAR, 2007, p.37).

A atenção para estes fatos foi ratificada nos apontamentos da Conferência de Jacarta<sup>3</sup>, onde na ocasião aprimorou-se a declaração em prol de ambientes favoráveis – físicos, sociais, econômicos e políticos – já feita anteriormente na *Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde*, ou seja, no ano de 1986, no Canadá, quando aconteceu a Primeira Conferência de Promoção à Saúde, seguida por Adelaide (Austrália, 1988), Sundsvall (Suécia, 1991), Jacarta (Indonésia, 1997) e Cidade do México (México, 2000).

As cinco estratégias para a promoção da saúde contidas na Carta de Ottawa correspondem à: 1) Elaboração de políticas públicas saudáveis; **2) Criação de ambientes que protejam a saúde**; 3) Fortalecimento da ação comunitária; 4) Desenvolvimento de habilidades pessoais; e 5) Reorientação dos serviços de saúde. Tal postura surgiu como resposta ao novo paradigma que se inaugurava na sociedade mundial no que tangia às políticas públicas sobre a saúde<sup>4</sup>.

Dentre as cinco proposições da Carta de Ottawa, para este estudo, a maior relevância incide sobre a segunda estratégia, a qual trata da criação de ambientes favoráveis. Ou seja, “Mudar os modos de vida, de trabalho e de lazer tem um significativo impacto sobre a saúde. Trabalho e lazer deveriam ser fontes de saúde para as pessoas”<sup>5</sup>.

A conservação e manutenção dos espaços públicos de lazer implicam cuidado, que uma vez negligenciado, pode resultar em problemas de difícil solução (BAHIA *et al.*, 2008 apud PAULO *et al.*, 2012, p. 90). Ocorre que locais destinados para as comunidades, vêm sendo privatizados pelo poder público e extinguindo sua condição de lugar público, muda-se todo o objetivo do lugar, pois além de favorecer aos grupos de maior possibilidade de consumo, os gestores privados não terão a promoção da qualidade de vida como intenção primordial. Daí a necessidade do poder público desenvolver tais projetos em simbiose com os planos de gestão a serem executados no cotidiano do empreendimento.

---

<sup>3</sup> Declaração de Jacarta sobre Promoção da Saúde no Século XXI. Quarta Conferência Internacional, 21-25 de Julho de 1997. Jacarta, República da Indonésia.

<sup>4</sup> As Cartas da Promoção da Saúde, Ministério da Saúde, 2002. (grifo nosso).

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 3.

### 3. O Parque

No processo de desenvolvimento inicial do Parque, foram realizadas duas Audiências Públicas com a população de Salvador das Missões, na primeira delas, funcionários da empresa IJUÍ/SA, que implantou a UHE – São José<sup>6</sup>, e técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler - RS (FEPAM), juntamente com o Executivo Municipal fizeram esclarecimentos acerca daquilo que lhes era indagado pela comunidade e foi apresentado o local que passaria a ser do município com a finalidade de tornar-se um parque público de lazer. Na ocasião, foi exibida a área (Figura 1) que formaria o Parque, a qual corresponde à dimensão lindeira ao Reservatório e, sobretudo as demarcações dos espaços apropriados e licenciados para os usos do Parque (Figuras 2 e 3):

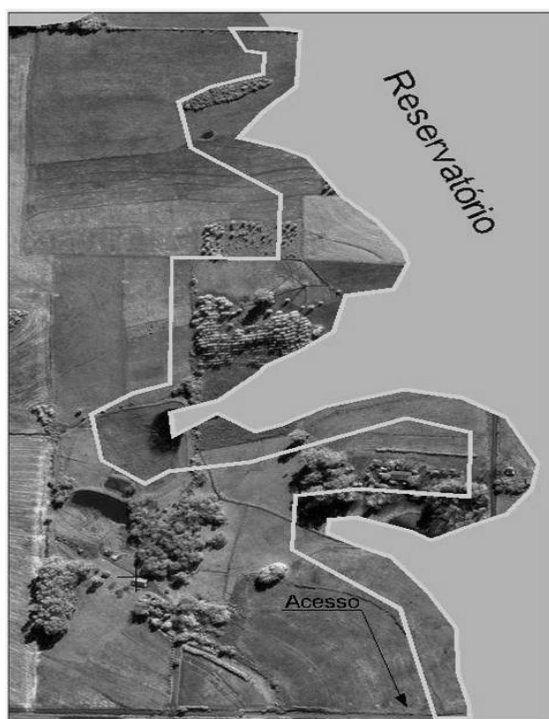


Figura 1 – Demarcação da área do Parque.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Salvador das Missões/RS.

Para o desenvolvimento do projeto do Parque Municipal de Salvador das Missões, o Executivo Municipal, compôs uma equipe, formada por uma turismóloga, uma arquiteta e um

---

<sup>6</sup> Nesta ocasião foi entregue ao Prefeito Municipal de Salvador das Missões, Sr. Olavo Haas, o estudo intitulado “Diretrizes para o desenvolvimento turístico dos municípios do entorno da Usina Hidrelétrica São José”, desenvolvido pela Empresa Ijuí/SA, em atendimento a sua Licença de Instalação. Tal documento baseou-se nas **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil (2004)**, disponível em: <http://www.turismo.gov.br> Acesso em: 30 set. 2011. BRASIL, Ministério do Turismo.

engenheiro civil. O Município integra a Associação dos Municípios das Missões (AMM), a qual possui uma Fundação, a FUNMISSÕES, que dispõem de um Departamento de Turismo, cujas relações permitiram o agendamento de uma reunião com o Conselho dos Lindeiros do Lago Itaipu.

A reunião aconteceu na ocasião do Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu, em Foz do Iguaçu/PR e nela firmou-se a parceria entre os dirigentes do Conselho dos Lindeiros, o SEBRAE/PR e a Prefeitura Municipal de Salvador das Missões. A partir de então, visitas técnicas aos Parques de Santa Terezinha de Itaipu, Itaipulândia e Santa Helena foram realizadas, ressaltando-se que o contato com os gestores dos balneários foi imprescindível na elaboração do projeto do Parque.

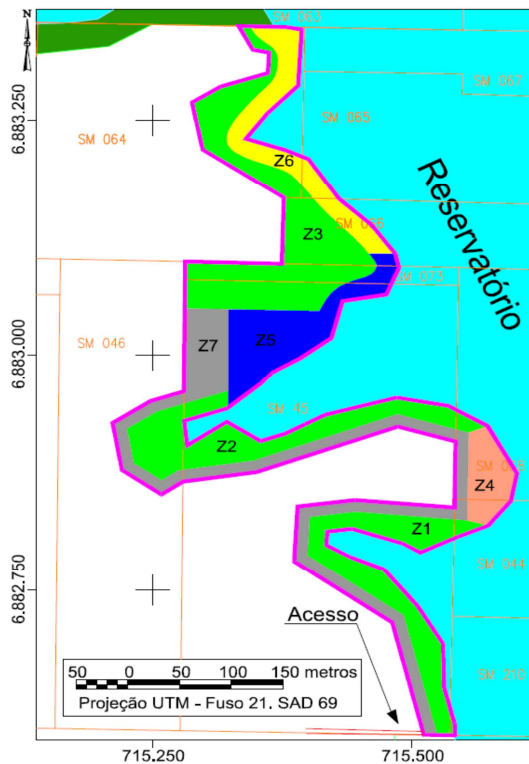


Figura 2 – Demarcação dos espaços para as atividades. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Salvador das Missões/RS.

	Recreação	
	Pesca esportiva	
	Marina	
	Balneário	
	Trilha ecológica	
	Circulação de veículos	
	Reservatório	
	Limite ZEIT	
	Limite APP	

Figura 3 – Legenda para a Figura 2.  
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Salvador das Missões/RS.



O Parque Municipal de Lazer e Turismo de Salvador das Missões terá uma área aproximada de 11 hectares e para a segunda audiência pública com a população de Salvador das Missões foi apresentada a proposta de apropriação do espaço, a qual foi aprovada e acrescida de sugestões, que resultaram na formatação da seguinte estrutura e equipamentos:

- Ciclovia na margem da estrada de acesso;
- Praia artificial;
- Espaço para prática esportiva em quadras;
- Local para camping, realizar refeições e preparação de alimentos;
- Marina;
- Estacionamento;
- Museu da Usina;
- Mirante;
- Restaurante;
- Banheiros públicos c/ vestiários;
- Paisagismo (SILVA E SPOHR-SCHMITT, 2012, p. 4)

Por equipamento de lazer compreende-se “uma edificação ou instalação onde acontecem manifestações e atividades de lazer” (PELLEGRIN, 2004 apud PAULO *et al.*, 2012, p. 90). São considerados exemplos de equipamentos de lazer os cinemas, clubes, ginásios, piscinas, parques, quadras, museus, bibliotecas, praças, teatros, enfim, são aquilo que deve compor a cidade contemporânea.

Para tanto, faz parte da proposta de apropriação do espaço do Parque o planejamento turístico, que para Russchmann (1999, p. 83) é “[...] uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos [...]”, desta maneira, a atividade turística organiza-se através de roteiros, ou seja, “itinerários de visitação” (TAVARES, 2002, p. 14).

Inicialmente, estão formulados três roteiros para apropriação do Parque, são eles: 1) Rota das Águas – relacionada aos esportes náuticos, tais como, natação, remo, canoagem, passeios de barco, pedalinho, lancha e *jet-ski*; 2) Rota Ecológica – realização de atividades de ecoturismo, como arborismo<sup>7</sup> e tirolesa<sup>8</sup> e trilhas ecológicas diurnas e noturnas e 3) Rota Cultural – visitação ao Museu da Usina, onde estará o acervo da implantação da UHE – São José, baseado em fotografias e filmes e o Restaurante Alemão, cuja gastronomia baseia-se nos

---

<sup>7</sup> Esporte radical que consiste na travessia entre plataformas montadas no alto de árvores. Trata-se de um neologismo muito atual, portanto ainda não há referência em dicionários.

<sup>8</sup> Atividade esportiva de aventura, originária da região de Tirol, na Áustria. Implica num cabo aéreo suspenso entre dois pontos, através do qual é possível deslocar-se por meio de roldanas.

pratos que os imigrantes trouxeram e são reproduzidos na atualidade nas casas dos moradores de Salvador das Missões (SILVA E SPOHR-SCHMITT, 2011, p. 5).

Algumas medidas comportamentais serão adotadas para a gestão do Parque, tais como a não permissão do consumo e da comercialização de bebidas alcoólicas e tabaco, e o controle da utilização de veículos de propagação de som, no intuito de não perturbar os sujeitos que frequentarão o parque, nem a fauna do lugar. Tais atitudes são inspiradas pelo “impulso à cultura da saúde, modificando valores, crenças, atitudes e relações que permitam a produção e utilização de ambientes saudáveis”<sup>9</sup>.

#### 4. Metodologia

A pesquisa aconteceu concomitantemente ao desenvolvimento e implantação inicial do Parque Municipal de Lazer e Turismo, que está em criação desde maio de 2010. Considera-se que um empreendimento deste âmbito precisa de tempo hábil para ser concluído, o que hoje diz respeito a um prazo médio, ou seja, de cinco a oito anos, para assim cumprir com as expectativas do grupo idealizador do projeto, que visa oferecer o melhor produto de apreciação e turismo para os que residem em Salvador das Missões e aos que forem visitar o lugar.

Quanto à natureza, a pesquisa é de classificação aplicada, pois conforme a teoria, objetivou gerar subsídios para a solução de questões específicas de um lugar e os interesses de seus indivíduos. No que tange a forma de abordagem, o estudo é qualitativo, pois não busca a apresentação de números e sim a observação de significações, a interpretação dos comportamentos dos sujeitos envolvidos e a descrição realizada pelo pesquisador do universo recortado.

Justamente, por se tratar de pesquisa qualitativa, torna-se possível, conforme Minayo (2003), elucidar elementos contidos no âmago das relações interpessoais da sociedade aqui considerada, o que permitiu depreender os anseios da comunidade, a fim de que o Parque apresente características condizentes com seu público.

Os objetivos do presente trabalho dão à pesquisa a característica de ser exploratória, uma vez que se conjuga a teoria já construída sobre o tema abordado e o trabalho de campo, o qual abrange a observação *in loco* de experiências significativas de organização de lazer e

---

<sup>9</sup> As Cartas da Promoção da Saúde, Ministério da Saúde, 2002, p. 6.

turismo em território nacional, as quais correspondem aos parques que circundam o Lago de Itaipu, ou seja, o reservatório da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional.

Assim, os procedimentos técnicos da pesquisa a definem como bibliográfica, documental, estudo de caso, estudo de campo, pesquisa ação e pesquisa participante. A pesquisa aconteceu no período transcorrido entre Julho de 2010 e Dezembro de 2011.

#### 4.1 Procedimentos de amostragem, coleta e análise de dados

O estudo foi composto pela análise de exemplos relativos ao tema, principalmente os parques lindeiros do Lago Itaipu e seus gestores, sujeitos que vivenciaram experiências com o assunto aqui abordado e que foram entrevistados por meio de um roteiro semiestruturado. Os atores sociais das entrevistas integram o Conselho dos Lindeiros do Lago Itaipu (o presidente e a secretária geral da entidade, e também o gestor do Parque de Santa Helena), também foram ouvidos dois consultores do SEBRAE/PR, a Secretária de Turismo da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR.

As opiniões dos membros do executivo Municipal de Salvador das Missões, o Prefeito e o Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, bem como o Diretor do Departamento de Turismo da Fundação dos Municípios das Missões (FUNMISSÕES). As considerações da comunidade, nas ocasiões das Audiências Públicas e também na observação do cotidiano do lugar são parte fundamental no desenvolvimento da pesquisa.

Ocorreu observação assistemática e participante, e a utilização de pesquisa documental, interna e externa foi imprescindível no desenvolvimento teórico da pesquisa. Portanto, seguindo a classificação de Zanella (2009), neste artigo utilizam-se dados oriundos de “papel” de “gente”, que, por fim, foram analisados através do seu conteúdo.

### 5. Análise de Resultados

Os resultados que fazem parte do projeto do Parque Municipal de Lazer e Turismo de Salvador das Missões compreendem atividades, tais como reuniões e eventos, as quais são os elementos que estabelecem os rumos a serem tomados.

Nos dias 18 e 19 de junho de 2010, na ocasião do Festival de Turismo das Cataratas, em Foz do Iguaçu, no Paraná, realizou-se uma reunião onde os integrantes do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu<sup>10</sup> e consultores do

---

<sup>10</sup> Disponível em <http://www.lindeiros.org.br/lindeiros/>. Acesso em: 17 jul. 2012.

SEBRAE/PR expuseram sua experiência na gestão de parques para o grupo da Prefeitura Municipal de Salvador das Missões e da FUNMISSÕES.

Os entrevistados foram unânimes ao dizer que, sobretudo por conta do associativismo, os municípios do entorno do Lago de Itaipu puderam consolidar seus atrativos em produtos turísticos. Através do Conselho, fundado em março de 1990, os municípios ribeirinhos de Itaipu conseguiram se desenvolver de maneira integrada, no entanto, em observação às particularidades dos dezesseis municípios que compõem o grupo. Além da constituição de roteiros turísticos sólidos, em virtude das promoções e eventos dentro de um calendário comum, os arranjos socioprodutivos dos municípios contribuem nas possibilidades de financiamentos para seus projetos.

No que tange à realidade do entorno da UHE São José, cujos lindeiros são além de Salvador das Missões, os municípios de Cerro Largo, Rolador e Mato Queimado, há interesse em desenvolver o associativismo, inclusive tal estratégia foi manifestada como imprescindível pelo Diretor da FUNMISSÕES, para a gestão dos espaços de recreação originários do reservatório da usina. A partir deste acontecimento, com base nos esclarecimentos das entidades paranaenses muitas dúvidas foram sanadas e o projeto para o Parque foi se delineando.



Figura 4 – Reunião no Festival de Turismo das Cataratas - Foz do Iguaçu/PR.  
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Salvador das Missões/RS.

No dia 13 de Setembro de 2010, na Câmara Municipal de Vereadores, realizou-se a primeira Audiência Pública, foi quando a companhia que construiu a UHE – São José e a

FEPAM prestaram esclarecimentos à comunidade. Em 21 de março de 2011, ocorreu a segunda audiência pública, quando foi apresentada a proposta de projeto para o Parque, na ocasião foram respondidos os questionamentos e principalmente, conhecidas as sugestões dos munícipes.

Os eventos tiveram representativa participação da população de Salvador das Missões e proporcionaram reflexões para a formulação de um projeto que realmente atendesse as expectativas dos atores envolvidos, para futuramente se constituir num empreendimento que justifique seus investimentos e promova a qualidade de vida. Afinal, de acordo com Antunes (2006), é através do conhecimento dos anseios daqueles que residem no local que o êxito no desenvolvimento de projetos como esse pode ser alcançado.

Amaral (2010) realizou um estudo de caso na área de influência da Usina Hidrelétrica Itá/SC-RS e sua pesquisa propôs a análise dos programas socioambientais desenvolvidos por empresas que detêm as concessões de funcionamento de UHE. Para a pesquisadora, tanto o turismo quanto as usina hidrelétricas se utilizam dos recursos naturais para existir, de maneira que ambos têm como matéria-prima o patrimônio ambiental e sobretudo, o turismo cada vez mais consolida-se como possibilidade de compensação para os lugares onde são instaladas usinas de energia.

Conforme as observações de Amaral (2010), na população atingida pela UHE Itá, o turismo atua como um elemento de ligação entre a empresa que detém a concessão da usina e a população, que percebeu aumento em suas possibilidades de renda, através das estruturas de lazer dispostas no entorno do lago.

Em 1998, foi criada a Associação dos Municípios Lindeiros à Barragem da Usina Hidrelétrica Itá (AMULBI), com o fim de representar os municípios que fazem parte da área de abrangência da UHE Itá, os quais correspondem a onze unidades administrativas e cuja representação na Associação ocorre através de seus respectivos prefeitos. As ações da AMULBI são pautadas principalmente por diretrizes no campo das manifestações culturais, na agricultura, na infraestrutura, nos esportes e no lazer.

Estudos de turismo de base local estão relatados em livro<sup>11</sup> organizado pelo Ministério do Turismo, onde são trazidas experiências que procuram aprofundar as reflexões sobre o

---

<sup>11</sup> Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras / Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyrn (org.). Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

setor turístico, o qual amiúde foi simplificado através do viés econômico e, no entanto, outros fatores, dentre eles os aspectos sociais e culturais cada vez mais, adquirem maior relevância.

## 6. Conclusão

O primeiro dos objetivos propostos para a realização deste estudo corresponde ao planejamento de um espaço de lazer público e, portanto, é possível concluir que o projeto contempla tal intuito, visto que ações de promoção da saúde estão contidas nas suas diretrizes.

Quanto aos demais objetivos, o segundo deles, que tange à atração de visitantes, encontra-se na situação de possibilidade para quando o Parque estiver em atividade. Entretanto, no que diz respeito à amenização de impactos negativos trazidos pela instalação da UHE São José foi possível observar consideravelmente, uma vez que tendo por indicador a presença efetiva dos munícipes nas Audiências Públicas, realizadas para as consultas sobre os equipamentos e demais estruturas do Parque e, principalmente por conta das manifestações de evidente expectativa da comunidade para usufruir do local, tal finalidade foi amplamente constatada.

No decorrer do período das Audiências Públicas, foi percebido que o nome Parque Municipal de Lazer e Turismo descreve bem a proposta do lugar, no entanto não é uma denominação de caráter popular, de maneira que se espera a consolidação de algum “apelido” para o Parque. Tal expectativa existe, sobretudo, em virtude da intensa participação da população de Salvador das Missões durante todo o processo, o que contribui para o desenvolvimento de um novo paradigma na formulação e implementação das políticas públicas.

A condição talvez incipiente de estudos desta natureza apresenta-se como a principal limitação no desenvolvimento desta pesquisa, visto que seria salutar que se tivessem encontrado mais estudos com um enfoque semelhante ao do presente trabalho, ou seja, de caráter humanista e estruturalista, a fim de que se construísse uma dinâmica maior na elaboração de ideias sobre os temas aqui abordados.

Acrescenta-se que o caso do Parque colabora para a demonstração de que as relações entre Estado e sociedade não precisam mais ser mediadas pela autoridade, postura que encontra cada vez menos espaço na pós-modernidade e com base nisso a renovação da gestão pública, voltada para a articulação social entre as instituições políticas e a dinâmica administrativa, se estabelece como um caminho potencialmente eficaz.

Por fim, há a expectativa de que os demais municípios que fazem parte dos limites do reservatório da UHE São José desenvolvam iniciativas para suas áreas de lazer e tenham disposição para trabalhar em associativismo, como nos exemplos dos lindeiros da UHE Itaipu Binacional e da UHE Itá, tanto para que se dinamizem as economias locais, mas, sobretudo se cumpram princípios de sustentabilidade ambiental e neste aspecto é necessário o envolvimento de todos, como demonstram as crescentes experiências em turismo de base local que vêm se configurando em território nacional.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. P. **O turismo como alternativa para o desenvolvimento socioambiental – o caso da Usina Hidrelétrica Itá/ SC-RS**. 2010. 113p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, 2010.
- ANTUNES, R. Desenvolvimento turístico: um olhar sobre as comunidades receptoras. In: RUSCHMANN, D; SOLHA, K.T. **Planejamento turístico**. Barueri, SP: Manole, 2000.
- BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002.
- CASTELLANOS, M. e NUNES, E. A Sociologia da Saúde: análise de um manual. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2005.
- DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Criatividade e Grupos Criativos**. Tradução: MANZI, L. e FIGUEIREDO, Y. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. 3ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LAGE, B. e MILONE, P. **Economia do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- MARCELLINO, N. **Estudos do Lazer: uma introdução**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- MENEGHEL, L. e TOMAZZONI, E. A Comunicação e a Integração dos Atores do Turismo Regional: o caso do observatório de turismo e cultura da Serra Gaúcha (Observatur). **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, vol. 14 - nº 2 - p. 246 –260 - / mai-ago 2012.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 14<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Editora dos Tribunais, 1989.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PAULO, E. ; PINTO, G. e SILVA, T. Os centros culturais como espaço de lazer comunitário: o caso de Belo Horizonte. **CULTUR - Cultura e Turismo**, ano 06, n. 02, p. 86-108, jun. 2012.

RUSSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento sustentável – a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 1999.

SCLIAR, M. História do Conceito de Saúde. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1): p. 29-41, 2007.

SILVA, N. e SPOHR-SCHMITT, N. B. **Parque Municipal de Lazer e Turismo de Salvador das Missões/RS**. Salvador das Missões, RS: 2011.

TAVARES, A. M. **City tour**. São Paulo: Aleph, 2002.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em Administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

---

\* Aluna do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Artigo científico apresentado como trabalho de conclusão de curso.

\*\* Professor Orientador. Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).